

DA AVENIDA RESISTENCIA `A PRAÇA DAS DECISÕES: NOVOS ATORES URBANOS EM SALVADOR-BAHIA

Maria Gabriela Hita

A proliferação de “polifonia subalterna” (Ortner, 1995) e emergência de ação comunitária mais democrática são destaque do meu estudo etnográfico no Bairro da Paz. Estes são elementos centrais para re-pensar transformações de significados e práticas da resistência entre setores populares contemporâneos, assim como do modo como expressam sua capacidade de resistência à desigualdades e dominação em geral. No caso estudado, a resistência é parte da auto-imagem do Bairro. A qual constituiu-se a partir de um processo de luta e afirmação de uma identidade menos estigmatizada. Suas conquistas são também resultado de um conjunto de transformações políticas-socio-econômicas e culturais pelas que a sociedade brasileira passou em décadas recentes. As conclusões gerais deste estudo, pela localização privilegiada do Bairro da Paz em vetor de crescimento urbano, são de grande relevância para entender “situações urbanas periféricas” (Almeida et al., s/f) e de exclusão-inclusão social.

Políticas habitacionais dos anos 90s

O acelerado processo de urbanização do Brasil, com um primeiro grande pico após a segunda guerra mundial, foi marcado por contrastantes desigualdades sociais e de segregação espacial, onde grandes áreas destituídas de um mínimo de Infra-estrutura co-existem com a de vizinhanças melhor dotadas de serviços e equipamentos. A inexistência de políticas públicas de habitação para os mais pobres em décadas anteriores conduziu grandes massas de migrantes a ocuparem espaços vazios das cidades à revelia de normas urbanísticas, em condições precárias de habitação, marcadas pela informalidade e ilegalidade da ocupação do solo. Em Salvador – Bahia esta situação é mais dramática, se considerarmos o elevado déficit de unidades habitacionais e a pobreza da região. Com uma população atual estimada em aproximadamente 2,7 milhões de habitantes, Salvador tem aproximadamente 700 mil unidades habitacionais, das quais 60% se encontram em áreas de ocupação informal ou desordenada. Quanto ao déficit de moradia, este foi estimado para o ano 2000, em redor de 100 mil casas (Gordilho, 2000). Outra característica importante de Salvador, além da sua pobreza, é ser a cidade brasileira com maior concentração de afro-descendentes, num valor aproximado de 80% da sua população.

A luta pela moradia e reforma urbana no Brasil teve várias fases: foi impulsionada nos anos quarenta pela ação dos “Comitês democráticos populares contra os despejos”, nos anos cinquenta, pelas Sociedades dos amigos dos Bairros, e mais recentemente (anos oitenta) pelo Movimento urbano de Favelados, que apoiou diversas ocupações em todo o país, loteamentos clandestinos, mutirões e cooperativas habitacionais (Kowarick, 1994; Teixeira, 2001).

Dois marcos históricos recentes relacionados ao movimento urbano pro-habitação precisam ser mencionados: a constituição de 1988¹ e a conferência mundial do Habitat II em Istambul (1996)². Estes marcadores sintetizam a mudança de mentalidade e de relação entre sociedade civil e Estado, como consequência da transição de um estado “desenvolvimentista” para o de governos de corte neo-liberal democrática (Caldeira & Holston, 2004), e um que inaugura a inclusão do problema habitacional na agenda brasileira e mundial de modo distintivo. Esta fase de planejamento urbano e políticas habitacionais se caracteriza pela maior inclusão de grupos antes segregados, ainda que de modo precário e por vezes nefasto, tentando garantir seus direitos à cidade pela promoção de maior participação dos interessados, e de parcerias público-privadas.

Na Bahia uma mudança na atitude Estatal frente ao problema da moradia teve lugar com a eleição para governador de Waldir Pires, em 1987, cuja vitória representou um forte golpe à dominância conservadora “carlista” (partidários do ex-governador e senador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães - ACM – forte aliado da ditadura militar, empresários e importantes setores agrários nordestinos). Por volta deste período foi elaborado o projeto nacional *Minha Casa*, associado ao programa *Humanização de Favelas*, que buscava parceria com as respectivas comunidades. Entre 1989 e 1996 (prefeituras de Lídice da Mata e Fernando José³) a atuação destes programas se limitou ao de financiamento municipal, quando só é possível realizarem-se projetos de cunho emergencial para desabrigados, transferência de invasões e legalizações fundiárias, lidando diretamente com as comunidades, sem necessariamente, conseguir envolvê-las no processo de definição (Gordilho, 2000).

Noutra conjuntura mais favorável, pós Habitat II em 1997/98, pelo amplo apoio de financiamentos internacionais e federais, houve um importante pico de novos investimentos urbanos em todo o país. O Estado reassume a iniciativa na produção de habitação de interesse social em todos os projetos executados, com implantação do programa Viver Melhor (associado a investimentos da CEF- Caixa Econômica Federal) nas modalidades *Pro-Moradia e Habitar Brasil*, onde o responsável pelo empréstimo passou a ser o próprio governo do estado da Bahia, com alguns investimentos a fundo perdido para a União. Uma visível mudança nesta nova diretriz de políticas públicas foi priorizar intervenções no ambiente já construído em áreas degradadas mediante manutenção das populações originais nessas áreas, no lugar de promover abertura de novas áreas para conjuntos habitacionais como em décadas anteriores, e a re-locações de ocupações urbanas que ferissem interesses dominantes. Nesta fase o número de casas construídas foi quase o dobro de duas gestões políticas anteriores (Gordilho, 2000).

Assim, a década de 90 em Salvador se caracterizou por tímidos investimentos em programas de habitação e saneamento em áreas degradadas quando comparados aos investimentos públicos e intervenções urbanas em projetos de lazer, transporte de massa, equipamentos de apoio para o comércio e serviços. Os investimentos feitos sinalizaram a nova fase da economia urbana de Salvador, voltada para sua vocação de cidade turística e terciária.

¹ Representa a entrada do país na democracia e a conquista de novos direitos individuais, coletivos e sociais, fruto da luta de diversos movimentos sociais, como os de moradia, de mulheres, negros, etc.

² Evento que congregou mais de quarenta e uma Ong's brasileiras e cujas principais resoluções foram: moradia como direito fundamental, proteção contra despejos ilegais e plano global de ação (Teixeira, 2001).

³ -Primeiras prefeituras de esquerda que a cidade de Salvador elegeu, representando outro forte golpe político ao carlismo. Lídice da Mata funda o projeto Cidade Mãe, que instalará uma filial no Bairro da Paz, em parceria com Fundação D.Avelar.

A Av. Paralela, onde se localiza o Bairro da Paz, é o principal vetor de crescimento nobre na cidade e único acesso para a “linha verde” (ao norte), onde encontra-se a principal zona hoteleira de alto luxo. Nas proximidades desta comunidade se encontram o Centro Administrativo⁴ e investimentos de grande porte que surgiram depois do BP, como o condomínio AlphaVille, a universidade FTC, conjunto residencial de classe média denominado Imbuí, o Parque aquático de diversões e a atualmente em curso instalação do parque tecnológico. Estes empreendimentos ao longo da Av. Paralela não se distanciam muito do primeiro Shopping da cidade, o Iguatemi, onde esta avenida praticamente começa e do recém inaugurado “Shopping Salvador” (de elite), indicando ser o BP uma mancha de pobreza em zona de alto poder aquisitivo.

Conjuntura política mais recente que também impaca o desenvolvimento do Bairro da Paz é a da presidência de Luis Inácio da Silva (2002-2010) pelo Partido dos Trabalhadores, com seu conjunto bastante articulado de políticas públicas reunidas no “Programas Fome Zero” (como bolsa família, bolsa escola, auxílio gás, entre outras), similares aos programas de “Oportunidades” de governos neo-liberalizantes mexicanos recentes. Com os programas de distribuição de recursos a Ongs, famílias e indivíduos, diversos projetos de inclusão social entre grupos segregados vem sendo promovidos.

Movimentos de cidadania em 1980s e 1990s

Ao lado de atitudes de apatia e indiferença por ação de interesse coletivo no mundo contemporâneo, resultantes de uma sociedade de consumo e das necessidades de sobrevivência dos mais excluídos, aparecem a partir dos anos 70/80 do século XX, outras de teor coletivo, variando seus graus de intensidade, formatos e metas perseguidas. Estes novos movimentos sociais tem fortalecido a sociedade civil formada por uma rede de associações, movimentos, grupos e instituições que vem participando ativamente do processo de redemocratização em países europeus e da América Latina, e o vem fazendo de modo conjunto à de ações de setores liberais da sociedade e de lideranças empresariais, depois da década de 1990.

A sociedade civil ganhou visibilidade, mobilizou milhões de cidadãos e milhares de organizações, discutindo temas até então ausentes em agendas políticas e esfera pública como as de gênero, jovens, idosos, étnicas, etc. Esta proliferação de movimentos vem resultando no que alguns denominam de “nova cultura política”, “cidadania” ou “participação cidadã”, caracterizada por ser mais contestadora, revalorizar a ação coletiva e emergência de novas modalidades de expressão associadas a uma visão heterodoxa e emancipatória de política (Teixeira, 2001; Castells, 2002; Touraine, 2005; Jelin, 2004). Estas mudanças também são igualmente produto do “projeto cultural de um multiculturalismo neo-liberal” desde cima, que seleciona, reconhece e promove o tipo de direitos culturais que interessam ao sistema (Hale, 2002).

Este novo modelo de política é, paradoxalmente, resultado da crise e precariedade de Estados de Bem Estar Social, desprestígio de sistema partidário e agravamento dos conflitos de classe, por um lado, como da crescente conscientização de vários segmentos sociais que desenvolvem novas áreas de participação social e de relações sociais, por outro. Apesar da menor preocupação com a tomada do poder e maior fragmentação que caracteriza a maioria de novos movimentos sociais, a lógica que começa a se exercitar é a da solidariedade, maior respeito à pluralidade e busca de consenso normativo em torno de questões básicas, que prenunciam o que parece ser

⁴ Moderno conjunto de edificações promovidas por ACM que centraliza poderes municipal e estadual.

uma “nova institucionalidade” baseada na prática de relações mais democráticas. De modo mais recente eles vem buscando atuar em rede, articulando diversas associações e tentando combater a sua tendência a fragmentação. A “participação cidadã” se diferencia da “comunitária”, para Teixeira (2001), por não objetivar a mera prestação de serviços à comunidade nem apenas sua organização; e da “popular” por não se restringir a ações reivindicativas e de simples oposição ao Estado. Sem a definir como uma atividade política *strictu sensu*, ela atua simultaneamente em esferas de poder global e local.

A relação de movimentos sociais por moradia urbana com Ongs em Salvador tiveram início a partir dos anos 70 através do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – formado por jesuítas e laicos ligados à teologia de libertação, com ações contra desigualdades sociais e promoção de melhorias na qualidade de vida dos mais pobres. Outra modalidade de ação social também apoiada pelo CEAS nas últimas décadas são as manifestações culturais de jovens negros, e de re-africanização como as que Parés descreve (neste livro). Se trata de novos modos de mobilização popular, com bastante êxito em Salvador, muitas das quais se institucionalizam e formaram ONGs reconhecidas internacionalmente, e de caráter étnico, como é o caso do Olodum em Salvador, que desde 1983 tem se voltado para ações na comunidade do Maciel-Pelourinho, ou o da Timbalada no Candeal liderada pelo cantor Carlinhos Brown (Gordilho, 2000).

Da Resistência das Malvinas à Paz das Decisões⁵.

O Bairro da Paz, localizado na Avenida Paralela⁶, era conhecido antes de 1987, como a “invasão das Malvinas”, devido a sua emergência na paralela em 1982, quando aconteceu a guerra entre Inglaterra e Argentina na disputa pelas ilhas Falklands. O nome indica o desigual e violento enfrentamento dos ocupantes desta “invasão” contra o poder municipal que tentava desarticular-la. Entre 1982 e 1983 ocorreram não menos do que 18 investidas da Prefeitura contra os casebres instalados neste local. Os que foram destruídos, eram pacientemente re-erguidos em mutirões pela noite, numa clara resistência contra à repressão Estatal.

Em 1983 duas mil famílias instaladas nas Malvinas foram deslocadas e depositadas na Fazenda Coutos, no subúrbio ferroviário após negociações com o Movimento dos favelados do que fizeram parte. Apesar das tentativas de repressão da Prefeitura contra as Malvinas e da diversidade de interesses envolvidos nas terras (imobiliários, políticos e ecológicos⁷), esta favela nunca foi totalmente desativada. Isto é o que informantes que lá moram desde o início dos anos 80 revelaram e aos que foram se somando invasões posteriores⁸, apesar do controle relativamente logrado.

⁵ Resultados da Pesquisa “*Pobreza, Redes Sociais e Mecanismos de Inclusão/Exclusão Social*” coordenada por Ma Gabriela Hita (financiada por FAPESB e CEM-CEBRAP), que mapeou distintas redes sociais do bairro da paz, analisando sua dinâmica, estratégias de atuação e efeitos sobre atenuação ou reprodução da pobreza. Outros detalhes da história do bairro ver em Hita & Duccini (2007).

⁶ - Este terreno pertencia à família Visco, e passou por volta de 1987 a ser propriedade da prefeitura pela isenção de impostos devidos.

⁷ Entre grupos pleiteando a posse e loteamento destas terras estavam o de grandes construtoras (especialmente OAS – vinculada ao já falecido ACM), com interesses em empreitadas grandiosas, como as que vimos emergir. Já ambientalistas argumentavam em defesa da preservação da zona como reserva natural de Mata Atlântica.

⁸ - Levantamentos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social - apontavam que em 1988, após sua consolidação, o Bairro da Paz tinha 2.929 unidades de residência; que em 1993 já eram 5.440; em

A ocupação das Malvinas em terras de alto valor imobiliário dividiu a opinião pública baiana. Além da sua forte organização popular e emergência constante de novos modos de lideranças internas que lhe permitiram construir um movimento de resistência bem sucedido no passado, o bairro continua lutando por melhorias de infra-estrutura e reconhecimento de direitos civis e culturais no presente. E hoje conta cada vez mais com o apóio de distintos grupos da sociedade. A comunidade foi adotada como principal alvo de obras filantrópicas pela Santa Casa de Misericórdia (tradicional instituição católica), assim como outros grupos religiosos e organizações não governamentais. É isso também o que fortalece e diversifica o seu rico tecido associativo. Seu processo de desenvolvimento pode ser compreendido como o de um “processo de etnogénesis”, no sentido que Guillermo de La Peña (neste volume) articula, por ter se tratado tanto da construção de sua identidade, como, um de etnicidade local. Algumas facções internas definem o bairro como negro e quilombo urbano. Ver texto de Ilka Boaventura sobre dimensões de Quilombos no Brasil, especialmente as pós-utópicas (neste livro).

Depois da vitória de Waldir Pires para governador, em 1987, quem garantiu-lhes o direito a permanecer no local, as Malvinas passou a ser conhecida como “Bairro da Paz”, simbolizando neste nome o status conquistado, vitória desta organização popular e desejo de reverter sua auto-imagem de modo menos estigmatizado. Nesta conjuntura foi negociada a posse do terreno para os moradores instalados numa determinada poligonal (correspondente à área da Praça e mais urbanizada), que passaram a controlar junto às autoridades o crescimento indevido do bairro. Entretanto, poucos desses títulos foram entregues até o presente. As outras 5 áreas adjacentes à da poligonal, em condições de maior precariedade habitacional, não tem o direito à posse da terra⁹. O ressentimento e queixas destas outras áreas da comunidade pela sua menor urbanização, falta de pavimento e de instalações sanitárias é constante, mas praças, igrejas, creches e escolas estão começando a chegar também nesses locais.

As Malvinas foi um dos exemplos mais combativos do movimento urbano pro-habitação dos anos 80s e a principal bandeira do Movimento dos Favelados (precursor do movimento sem teto) naquela conjuntura da cidade de Salvador. A consciência de ser produto da forte resistência à repressão Estatal é recorrente na memória de moradores e lideranças, e foi estrategicamente impressa no imaginário popular pelo registro, homenagem e consolidação desta faceta da historia nos nomes escolhidos para suas ruas, largos, praças e logradouros. A repetição de nomes de travessas e sub-travessas chama a atenção¹⁰, aludindo ao desejo de mudança de “movimentos de projeto” (Castells, 2002). Outro exemplo é o nome da avenida principal de entrada ao Bairro: “Av. da Resistência”, que conecta a Paralela às 6 sub-áreas do bairro. Nela se encontram a maior concentração comercial, de igrejas e instalações de Ongs atuando no bairro. Seguindo o fluxo dessa avenida se chega à praça principal do Bairro, melhor

abril de 1996, 5.800, e em 1997 mais de 6.000 casas. Dados de 2006, junto a informações do Posto de Saúde, estimaram uma população entre 60 e 70 mil habitantes.

⁹ A falta de regulamentação que previna a ação especuladora de terceiros virem a comprar e combinar terrenos nesta parte da cidade, reacende o velho fantasma de seu desmembramento pelo temor de que os mais pobres negociem com setores imobiliários o destino de “seus” terrenos.

¹⁰ Que carregam um mesmo nome, repetindo o da rua que as origina como: 1a, 2a, 3a, 4a, 5a e até 6a travessas da Rua da “Felicidade”, ou da “Paz”, ou da “Nossa Sra. da Paz”, ou do “Sossego” etc, apontando a marcante influencia da cosmo-visão católica neste processo.

equipada e valorizada, com nome de “Praça das decisões”¹¹. Lugar de confluência de linhas de ônibus que servem o bairro e onde se encontram a Igreja católica Matriz (com 6 filiais para servir outras áreas), uma das 3 escolas primárias, a única e ainda provisória escola de segundo grau e o supermercado de maior porte. Adiante, seguindo pela Rua da Paz, se encontram outras instalações importantes da comunidade e igreja católica: as instalações das freiras indianas, do padre italiano, grandiosas instalações da Fundação D. Avelar e projeto Cidade Mãe, além da principal sede do conselho de moradores (local inicial de reuniões do Fórum Permanente do BP).

Entre a década de 1990 e 2000 aconteceu a primeira fase de urbanização, estreitamente ligada a conjunturas e interesses eleitorais. As instituições de educação pré-escolar (creches) foram dos primeiros equipamentos a chegar, sob responsabilidade de mulheres que tiveram destacado papel na formação de primeiras associações e táticas de resistência, especialmente as das creches comunitárias, hoje em fase de decadência. Depois de 2000 apareceram as creches filantrópicas, totalizando hoje 6 creches católicas (com aproximadamente 700 vagas), 1 espírita (150 vagas), e as 4 comunitárias já mencionadas, de menor porte que filantrópicas (sendo uma delas ligada a um terreiro de candomblé). Das creches comunitárias a de D. Celina atrelada à rede política carlista foi desativada, acusada de corrupção e desvio de recursos. Hoje todas as creches contam com apoios municipais ou estatais, e de modo mais estável as filantrópicas, pelas suas melhores instalações, patrocínios e profissionalização de seus quadros, logrando responder melhor às exigências de Novas Diretrizes e Bases de Educação Infantil implantadas pelo Ministério de Educação a partir de 1996. Através de instituições como estas o Estado consegue distribuir alimentos (em programas como o prato amigo) entre outros modos de benefícios direcionados a instituições de interesse social, famílias e indivíduos carentes.

No BP há também um moderno centro de saúde desde 2002, um precário posto policial, e um recentemente inaugurado Tele centro de inclusão digital. Este está conectado com a internet, através de financiamentos e parcerias com a Petrobrás (Companhia Nacional de Petróleo), o instituto de formação tecnológica, uma rede de informação do terceiro setor e seu atual conselho de moradores. O centro é freqüentado especialmente por jovens nos cursos de informática e uso agendado de seus 30 equipamentos. Outras Ongs, creches filantrópicas e o centro de convivência estão criando salas de informática com serviços similares.

Em 2005 foi inaugurado fora do bairro o “Centro de Convivência do Bairro da Paz” (centro cultural e de esportes), doado por uma parceria da rica vizinhança do Alphaville com a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Apesar da chegada destes equipamentos descritos é evidente sua insuficiência, em quantidade e qualidade, para o tamanho da população do BP. Entretanto, vigora o sentimento entre suas lideranças de que o adquirido foi resultado da luta e organização popular mais do que de uma concessão estatal.

A relação da comunidade com o Estado se modificou ao longo dos anos e diferentes conjunturas políticas. De agente repressor dos moradores em fase de ditadura militar, o Estado passou, em fase de abertura democrática, ao de propulsor de alguma infra-estrutura através de parcerias público-privadas. A emergência de novos tipos de lideranças e ação social pode ser observada como consequência direta destes processos mais amplos e da evolução da história desta comunidade.

¹¹ Ao redor dessa praça, em região de densa mata atlântica, se reuniam no início dos anos 80s núcleos de organização para traçar estratégias de resistência ao desalojo e negociação com autoridades pela permanência no local. Hoje se a conhece como praça das decisões pelo papel desempenhado no passado.

Das primeiras associações de moradores com importante papel em fase inicial de resistência, algumas se corromperam e curvaram-se ao poder de elites políticas. Com a re-inserção de atividades do CEAS no Bairro e de novos apoios católicos, depois de 1988 surgiu um novo tipo de liderança comunitária e que se consolidará na formação do novo conselho de moradores, com modo de atuação mais transparente, crítico, radical e profissionalizado que os anteriores. Este perfil de liderança indica o amadurecimento do movimento popular alcançado pelo seu maior pragmatismo em unir-se ao Estado e Ongs na conquista de vantagens reais para suas comunidade.

Novos tipos de lideranças comunitárias

Dentro da trama de atores do BP, que se confrontam e entram em coalizões conjunturais, descreverei três posições: a do conselho de moradores, grupos religiosos e grupos culturais. De diferentes modos, elas ilustram este novo tipo de liderança mais democrática, herdeira de movimentos de cidadania de anos 80s e 90s. Para marcar suas distinções destaco o tipo de projetos e grupos que representam, identificação de seus principais inimigos e posições adotadas no Fórum Permanente de Entidades do BP.

Como em qualquer vizinhança popular, no BP é visível o clima de “disputa” pelo acesso a recursos entre facções internas. Conflitos e alianças expressam a variação de interesses, diferenças político-partidárias, religiosas e familiares que os dividem, indicando a heterogeneidade de situações vividas na pobreza e posições ocupadas por cada grupo nas relações de poder. São usuais as críticas dirigidas a poderes locais estabelecidos. Denúncias insinuam um obscuro favorecimento de amigos e parentes em poderes locais estabelecidos (identificados como os principais re-distribuidores de recursos e benefícios estatais ou privados na comunidade), em detrimentos dos que se sentem excluídos desta escassa partilha dos mesmos. Isto evidencia tanto o modo como a circulação de benesses se dá e tende a criar sub-grupos de clientelismo ao interior destas redes, como da própria escassez desses recursos que não chegam de igual modo a todos. A legitimidade de cada grupo varia a depender da clientela que a julga e da qualidade, extensão e durabilidade de recursos que cada uma dela consegue captar e circular; tipo de projeto nos que estão envolvidos, e de redes que se mobiliza ou se está conectado. Por isso, dos grupos que atuam no BP, o atual conselho de moradores é certamente um dos mais fortes, e por isso tem tantos desafetos.

1) O Conselho de Moradores: foi criado em 1993, como uma dissidência de associação de moradores anterior, liderada por D. Celina. De caráter mais democrático, autônomo e crítico, e simpatizante de postura partidária do PT, este conselho, foi o resultado da acessória do CEAS, de orientação católica e teologia da libertação por um lado, e do apoio da laica italiana Clementina, outra facção importante da igreja católica mais atrelada à linha do vaticano que funda a FDA - Fundação Dom Avelar¹². Este conselho opera como um braço direito do Estado na comunidade e seu poder central, desenvolvendo inúmeras parcerias públicas e privadas. Essa confluência de apoios é o que o torna tão poderoso. Conta com boa capacidade de mobilização e articulação de diversas forças políticas e é uma voz importante dentro e fora do BP.

¹² Nome do falecido arcebispo baiano, com orientação centro-conservadora. Criada em dezembro de 1987, a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, desenvolve uma grande quantidade de programas sociais assistencialistas no Bairro da Paz e é responsável de edificação de boa parte dos equipamentos de infra-estrutura.

Entre seus principais inimigos estão um conjunto de associações mais antigas de relações patronais clientelística com ala carlista, como a associação “Unidos para Vencer”, com um único representante, seu Waldomiro, que é um autêntico e bem intencionado líder comunitário, quem encontrou no Fórum um espaço de canalização de seus projetos. Outra das associações mais antigas é a “Associação Luis Eduardo Magalhães” (nome dado em homenagem ao falecido descendente e sucessor de ACM). Ainda como parte desta rede de opositores e aliados conjunturais destas velhas associações se encontram as creches comunitárias, entre elas a de candomblé. A eles se somam em algumas das disputas, ocasionalmente, as vozes de alguns grupos dissidentes de jovens de grupos culturais, que tem lutado por ter maior representação no novo conselho de moradores, sem sucesso, e que também vem encontrando no Fórum um espaço de equilíbrio de forças e relativo *empoderamento* frente a outros grupos da comunidade. A posição dos jovens é variada e muito fragmentada ao seu interior, ora se opõem, ora se aproximam ou legitimam propostas do conselho. Outro grupo opositor e que nunca se alia a esta rede de inimigos do conselho, é o de alguns grupos evangélicos.

Entre os principais aliados do conselho estão a diversidade de grupos e instituições católicas, com os que muitas das lideranças se confundem por pertencer a mais de uma instituição simultaneamente (acumulando cargos), e com as que estabelecem importantes parcerias. De certo modo contam também com o apoio de vizinhos mais ricos (como FTC, Alphaville) que intermediaram com o conselho a concessão do centro comunitário, produzindo diversos ressentimentos e críticas de seus opositores, entre outros, pela distante localização desse centro e restrita rede de beneficiados.

2) Redes Religiosas

No BP operam quatro grupos religiosos: a poderosa e influente rede católica, a evangélica, espírita e a do candomblé (ou povo de santo, de origem afro), mobilizando cada uma delas um significativo capital simbólico e recursos materiais. Os trabalhos de distribuição de alimentos, colchões, roupas, doações e principais serviços educativos e de saúde são ações desenvolvidas por estas religiões. A elas, e não apenas com as que cultuam, pessoas e famílias pedem ajuda. Estes são importantes espaços de sociabilidade, solidariedade e criação de pertença que “dignificam” seus adeptos. Estudos vem apontando o maior impacto na melhoria da qualidade de vida que este tipo de associações exercem quando comparadas às de outros tipos de associativismo (Lavalle & Castello, 2004).

Enquanto católicos e espíritas estão atrelados a uma significativa canalização de recursos materiais e re-distribuição dos mesmos, no BP, o povo de santo e evangélicos, devido a sua maior pobreza, se concentram mais no pólo de recepção de boa parte destas benesses, muitas vezes provenientes das duas primeiras. A espírita é a rede mais fraca na comunidade por não desenvolver cultos e comunidade religiosa ao interior do bairro para além de obras filantrópicas e caridade que ali desenvolvem e uma creche bem equipada fora dos limites do bairro.

Os Católicos tem uma posição de destaque porque possuem o apoio de lideranças leigas do BP, atuando em distintas pastorais (com predomínio de mulheres), grupos de jovens e círculos bíblicos, além de contar com a legitimidade institucional da poderosa Igreja Católica, fora e dentro da comunidade. Mas também pela marcante presença de seus equipamentos físicos na infra-estrutura do bairro (ao redor de 30 edificações), estrategicamente distribuídas nas 6 áreas da comunidade. A presença de

diversos grupos católicos no Fórum vem se fortalecendo e multiplicando depois da sua formação, mostrando o tipo de projeto que eles priorizam.

Apesar da maioria da população baiana declarar-se católica, é comum a frequência, e por vezes até de modo simultâneo, em outros cultos ou atividades religiosas. Em 2006 detectamos existir 40 igrejas evangélicas e uns 18 terreiros de candomblé no Bairro da Paz, que se encontram intrinsecamente inseridos na vida cotidiana e práticas de seus residentes, disputando posição e maior reconhecimento com os católicos.

Os terreiros de candomblé: Apesar da marginalização pela que o candomblé passou durante décadas, na atualidade apresenta indicativos de *empoderamento*, operando como importante marcador de identidade étnica de grupos negros na atualidade evidenciado pelo maior prestígio conquistado por terreiros tradicionais e pela consideração que grupos culturais e negros tem pelos terreiros nesta comunidade. Eles estão associados a redes de ajuda mutua, e alguns de seus pais e mães de santos desempenham significantes papéis comunitários, como o terreiro Ladê Padê Mim, o mais antigo no BP, guiado pela prestigiada Mãe Zenaide, que dirige a única creche do BP associada ao candomblé.

Sem ser o de Zenaide um “terreiro de elite” (Pares neste livro)¹³, a situação periférica de invisibilidade do Ladê Padê Mim torna-se visível quando comparada com outros na comunidade. O terreiro tem prestígio interno, e recebe apoios municipais para a sobrevivência da sua creche; como a recepção de alimentos no programa prato amigo, recursos do IAC – Instituto de Ação Comunidade e do SMEC – Secretaria de Educação e Cultura. Outros terreiros da comunidade já estão se organizando para apresentar projetos de oferta de serviços comunitários a fim de poderem usufruir de outros benefícios estatais.

Durante a primeira fase do Fórum, o Ladê Padê Mim foi muito ativo. Após a doença e morte de sua líder, passou a ser representado no Fórum por Claudionor, um jovem músico formado pelos tambores da Timbalada, que fundou o grupo “Etnia”. A clientela do terreiro é formada basicamente pela sua família (profana e sagrada) e vizinhança, redes que costumam se entrecruzar e confundir. Conflitos entre terreiros são visíveis. Porém mais dramáticos quando se tratam de enfrentamentos com evangélicos. Os relatos de intolerância religiosa sofridos pelo Ladê Padê Mim registraram seu acirramento após a colosal instalação de uma Igreja Universal do Reino de Deus, justo na sua frente.

A relação deste terreiro com grupos católicos é de relativo respeito e maior proximidade na atualidade, ainda que o terreiro ressinta que com a abertura de novas creches católicas, com as que começaram a perder clientela, esteja sendo impossível competir. A presença compenetrada da silenciosa Zenaide, vestida a caráter como mãe de santo em eventos promovidos por católicos, era sinal da relação de aproximação e da sua negociação para o reconhecimento de sua autoridade. Da prefeitura evangélica de João Henrique, o terreiro se queixava de terem parado apoios que recebiam de gestões anteriores, os quais após algumas gestões do Fórum foram regularizados.

Entre os evangélicos do BP, interessa destacar aqui a figura de um pastor batista, Valmir, que ocupava um posto operacional na administração do prefeito

¹³ - O de elite Ilê Axipá (fundado por Mestre Didi), freqüentado por proeminentes figuras baianas, se encontra nos bordes do BP, mas não se sente nem é visto pela comunidade como parte da mesma.

evangélico, João Henrique¹⁴, do PDT (2005-2008). Este pastor é outro opositor do atual conselho de moradores, cujos líderes católicos e petistas o acusam de usar sua igreja para fins políticos e propaganda de seus candidatos. Para o pastor não há contradição entre a construção da sua igreja e o uso de seus contatos políticos para aumentar sua clientela de fiéis e seus sonhos de ascensão social. Com apoios da prefeitura desenvolveu ações de entrega de cestas básicas e colchões aos mais carentes e organizou grandes eventos, como o de uma semana da Saúde, em parceria com Faculdade São Camilo, oferecendo serviços ginecológicos e de pediatria através de 2 unidades móveis, que por falta de água, e problemas sanitários, além de demanda acima da esperada, operaram de modo deficiente e caótico em 2006. Apesar do aparente fracasso deste evento, ao que seguiram-lhe outros, o mesmo rendeu-lhe maior visibilidade e crescimento de clientela para sua igreja. Atualmente o pastor tem congregações em 3 vizinhanças distintas. Sua participação no Fórum foi muito curta, e afastou-se definitivamente pela hostilidade e acusações de membros do conselho de querer manter seu cargo na prefeitura, e pelo seu projeto de construção de nova casa em outra comunidade. A abertura contínua de novas igrejas, especialmente as evangélicas, são um claro sinal do poder de penetração destes credos entre os mais pobres, da sua crescente demanda e de que nem todas as religiões juntas conseguem atender a clientela destes bairros.

3) Grupos culturais e de jovens¹⁵: formado principalmente por jovens que se identificam a maioria deles como negros. Os jovens negros são um dos principais alvos de novas políticas sociais em Salvador, e os de grupos culturais são importantes parceiros do Estado e empresas privadas na oferta de serviços comunitários de valor simbólico e de promoção de consciência étnica. Eles vem politizando debates e novas agendas públicas. O BP conta com uma variedade de grupos de dança, música e teatro, entre eles os de capoeira (dança e arte marcial associada a cultura negra), maculelê (dança de origem afro), pagode (sub-gênero do samba do Rio de Janeiro), forró (ritmo e dança sertaneja), reggae, hip-hop e rock. Muitas destas atividades culturais formam hoje parte de uma rede denominada “Juventude em Ação”, com assessoria do CEAS e ligados a movimentos negros de re-africanização, os quais deixam sua marca nas suas consciências e discursos críticos étnicos. Eles lutam pelo fortalecimento da cidadania, independentemente de inserção partidária, potencializando processos de autogestão nas práticas comunitárias. Como já mencionado, alguns defendem a idéia de que o BP deveria ser declarado um Quilombo Urbano.

No início do Fórum estes grupos atuaram como importante força de equilíbrio entre posturas conflitantes, pelo esclarecimento, pluralidade e transparência de seus posicionamentos. Entretanto, seu especial interesse e necessidade de promoção de eventos culturais, instabilidade no mercado de trabalho como free-lance, divisões internas na disputas por recursos, e menor tolerância com modelos políticos tradicionais, tem dificultado, por outro lado, a presença e representatividade contínua destes grupos no Fórum. Eles aparecem e desaparecem com frequência, voltando em conjunturas de preparação de novos eventos culturais. E se justificam manifestando

¹⁴ - Filho de um anterior aliado de ACM. A vitória do PDT na prefeitura bahiana representou outro golpe ao carlismo e se ergueu com slogans de “participação popular”. O PDT era liderado nacionalmente por Brizola e por Antônio Garotinho, também evangélico, no Rio de Janeiro.

¹⁵ - Entre principais grupos culturais e cooperativas com jovens que participam do Fórum estão: Agrupaz, Associação de Feirantes, Capoeira Anjos de Angola – Afrodance, Clã Periférico, Cooperpaz, Cooperativa Colibris, Cooperativa Novo de Novo, Cooperativa Sabor da Paz, Escola de Informática e Cidadania Bairro da Paz, Grupo de Capoeira Capoeira, Grupo Cultural Renascer, Grupo Etnia, Hip Hop Quem Chorou.

ressentimento dos líderes do conselho que tem empregos comunitários e não precisam buscar o sustento.

Os grupos culturais do BP desenvolvem novos tipos de inserção social e se articulam criativamente com outras redes nacionais e internacionais, selecionando influências proveniente da cultura jovem negra internacional e do tipo de consumo globalizado que aspiram usufruir. Mas também se re-aproximando ao de velhas tradições e valores locais, em anos recentes. Estas identidades são forjadas localmente com a vantagem de ultrapassarem fronteiras do puramente local. Elas participam de modo mais consciente e crítico em debates sobre dinâmicas globais, permitidos pela circulação de informações sem fronteiras e maior domínio da linguagem da informática. Sua capacidade lhes permite dominar distintos códigos, e lidar com identidades culturais polissêmicas e heterodoxas, participando de mais de um mundo de modo simultâneo, o que os torna pessoas “bilíngües”, ou os novos “nômades da modernidade pos-colonial” (Macagno, 2004).

MITO DE RESISTENCIA NO TECIDO ASSOCIATIVO DO BP

O que distingue o Bairro da Paz de outras vizinhanças é seu rico tecido associativo, reforçado pela presença de lideranças internas fortes e grupos externos que os apóiam, lhe dando uma identidade própria. Eles vem se articulando e re-editando a história de luta e agencia social (de modo específico em cada grupos e no Fórum permanente de modo coletivo), atualizando desse modo seu mito fundador de resistência. E como no processo de etnogénesis descrito por De la Pena, ele também re-edita um mitológico passado, o da resistência dos primeiros moradores desta comunidade .

Em parceria com a Universidade Federal da Bahia (que oferece assessoria técnica) , Ongs que atuam no bairro e distintos grupos políticos, religiosos e culturais do Bairro da Paz, como os analisados, e a de dois órgãos Estatais, como o CRAS –Centro de Referencia a Assistência Social - e o SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio a micro e pequeno empresas - formou-se em abril de 2007 uma ampla e inclusiva rede de organizações. Esta rede inclui desde ativistas associados com velhas políticas de clientelismo sustentadas pela longa tradição na região do “carlismo”, distintos grupos religiosos, grupos partidários de esquerda, até os novos grupos culturais de jovens negros, cujas visões políticas e discursos de etnização diferem substancialmente dos de gerações anteriores.

Com essa diversidade de atores, e teor inclusivo, este Fórum busca combater a fragmentação, sinergia e sobreposição de iniciativas que a proliferação de Ongs produziram no BP, mediante o fortalecimento de ações coletivas, independentemente das diferenças políticas e religiosas de seus membros. A emergência deste tipo de organização, como a de tipos de lideranças analisadas que o compõem indica como redes sociais populares podem continuar fortes, apesar das tendências de individuação e fragmentação associadas ao capitalismo neo-liberal (Auyero, 2000). O vital associativismo exemplificado foi tanto produto do apóio externo, como do tipo de trajetórias e lideranças forjadas na organização desta comunidade, que alteram e re-editam seu mito fundador, promovendo novo senso de interesse comum. O substrato a partir do qual este Fórum se formou, seguindo o formato do Fórum Social Mundial, partiu da criação de uma base de diálogo com autoridades locais mediante a apresentação de diagnósticos gerados pela própria comunidade identificando suas principais carências em educação, saúde, emprego, infra-estrutura, segurança pública e

cultura e lazer, a fim de convocar autoridades responsáveis ao diálogo e negociações de como melhor resolve-las. Esse espaço do Fórum vem logrando tomar decisões para a comunidade a partir do debate de seus problemas e obtenção de alguns consensos coletivos entre os distintos grupos que o compõem. A legitimidade e inovação deste modelo de ação é produto tanto das reflexões de auto-consciência que se tem sobre as divisões de facções, o individualismo e desigual distribuição de benefícios, por um lado, e do intento coletivo, o que não ocorre sem conflitos, de atuar junto a autoridades no melhor modo de solucionar as principais carências da comunidade e cidade.

IMPLICAÇÕES PARA O RE-PENSAR DA(S) RESISTÊNCIA(S)

Se para Foucault o poder é menos institucionalizado (1978) e para James Scott (1990) menos organizado e pervasivo, pela percepção da resistência oculta e cotidiana, em Abu-Lughod (1990) a resistência é o melhor modo de diagnosticar relações de poder, as quais são sempre relacionais. A estes enunciados, Ortner acrescenta que estudos de resistência não podem prescindir da etnografia, onde antes que mera oposição ao Dominante, aquele que resiste expressa “a sua própria visão política”, podendo ser “criativa e transformativa”. Pelo que é preciso, antes de mais nada, reconhecer a “polifonia da subalternidade” planteada por Ortner e o “lugar desde onde cada um deles fala” (Haraway, 1991). Seguindo este raciocínio, tratar da política interna dos dominados e suas divisões revela também, a ambivalência e ambigüidade de modos adotados pela resistência (Zarate, neste livro, apresenta leitura similar). Nestas reflexões finais, busco retomar alguns destes enunciados a partir do exemplo do BP apresentado.

Se por um lado o Bairro da Paz nasce num contexto de lutas contra os efeitos de uma poderosa estrutura social que se nutre da existência dos expropriados, reproduzindo sua exclusão e posição de perdedores como parte do brutal processo de expropriação do capital, por outro lado a busca constante do BP pela conquista de seus direitos à cidadania, demanda uma análise mais cuidadosa sobre os novos tipos de agencia e capacidade de resistir que podem estar emergindo em contextos como o apresentado

A história deste bairro é exemplar para ilustrar a emergência de inovadores modos de ação, pelo seu potencial transformador; apesar das ambigüidades deste modo de ação e dos constrangimentos que o contexto neo-liberal no que se circunscreve lhe impõem. Das lutas pela permanência na terra, a comunidade continuou sempre lutando pelo seu direito à cidade e por uma visibilidade simbólica menos estigmatizada. Desde uma condição de enfrentamento direto contra o Estado, e ameaça a interesses imobiliário e ambientalistas, os moradores do BP passaram a tecer com Estado e sociedade civil alianças e modos de interação mais construtivos, fortalecendo seu protagonismo popular. A “tônica do exigir”, recorrente em diversos discursos de suas lideranças, e o formato que adota esta negociação com o Estado ao longo de sua história e na recente formação do Fórum Permanente de Entidades do BP é um indicador do modo como seu mito fundador vem sendo re-editado e re-inventado em distintos momentos, seguindo o fluxo de novas e contrastantes tendências mundiais.

Neste artigo se destacou a polifonia subalterna através da descrição de alguns projetos de ação de distintas facções do BP, e distinção de diferentes momentos que marcam as relações do BP com processos mais amplos de resistência e de emergência de novos atores sociais. O destaque de algumas das alianças e conflitos entre facções internas e posições por elas ocupadas permitiram elucidar algumas das articulações e desarticulações que ocorrem entre distintas instâncias do poder, e re-configurações recentes de relações entre dominantes e dominados. A descrição dos projetos em que

cada ator atua foi central, pois indicam como eles se transformaram no que são, e conservam ou transformam diversos aspectos do seu universo cultural e social.

A transição do período da Guerra das Malvinas para a da Paz conquistada com sua consolidação não se deu de modo unívoco e definitivo. Nesta transição houveram várias mudanças importantes, em direção contrária à apontada por Knight (neste livro), ao referir-se a transições de resistência oculta para o de revoltas. A primeira remete à mudança de significados e os da própria identidade, que se expressaram na mesma mudança de nome da comunidade: da guerra, violência, marginalidade, passou-se a fortalecer os sentidos de paz, dignidade e cidadania. Vale ressaltar que a relação com o Estado e Sociedade Civil também mudaram, e a proliferação de parcerias privadas e públicas que se seguiram indicam a direção que esta mudança imprimiu na dinâmica de vida cotidiana de décadas seguintes às da sua emergência. Outra transição significativa foi o de certo deslocamento de uma original ação coletiva e de inspiração mais utópica inicial, e “de busca da terra prometida” a qual após consolidação no local foi diluindo-se para o de aparecimento de uma multiplicidade de interesses individuais e de facções que hoje o compõem. Com isto, entretanto não se perdeu o sentido de solidariedade, possibilidade de coalizões diversas e a formação do Fórum Permanente é um exemplo que retoma a centralidade da ação coletiva. Este Fórum, como outros atores internos, aponta para esse novo modo de agência e expressão, que re-articula e re-inventa novos modos de resistência ou dialogo negociado com autoridades. Se inicialmente a relação das Malvinas era a de um conflito aberto, radical e violento e de clara resistência dos seus moradores à repressão Estatal, depois e pelo novo modo de interação, proliferação de parcerias e modificação de modos de negociação, a resistência se dilui, desloca ou se tornou menos visível.

Há evidência da consciência de lideranças do BP sobre a reprodução de desigualdades internas nas posturas críticas que defendem, enfrentamentos democrático de argumentos e posições adotadas em debates do Fórum. Assim como uma busca de soluções mais democráticas e de empoderamento dos grupos mais fragilizados. Há também uma série de reações e críticas ocultas, e nem sempre tão ocultas, sobre as vantagens e privilégios usufruídos por lideranças de redes mais fortes (como membros de rede católica e conselho de moradores). Ao mesmo tempo vão ganhando peso as vozes de outras redes menos fortes na comunidade. Entre outras, o prestígio que religiões evangélicas e afro-brasileiras vem ganhando nas últimas décadas, o lugar dos jovens negros, que podem escolher manifestações de arte e cultura para rejeitar a marginalização e tráfico de drogas como única opção; assim como a centralidade do papel das mulheres como importantes líderes religiosas, e no desenvolvimento de atividades de saúde e educação na organização popular. Esses são alguns dos exemplos desta tendência a reconhecer o valor de uma pluralidade de atores sociais mais estigmatizados no passado.

A transição de uma prática mais aberta e violenta de enfrentamento com o Estado e interesses dominantes pareceu deslocar-se para o de modos menos óbvios e visíveis de resistência, através de uma multiplicidade de “transcritos ocultos” (Scott, 1990) que precisam ser melhor localizados. As fofocas e críticas cotidianas de uns grupos contra outros, os modos de distintos cultos religiosos se enfrentarem e buscarem reconhecimento, a diversidade de alianças traçadas e o recente empoderamento de jovens negros são alguns exemplos onde esses transcritos ocultos podem ser melhor enxergados. Nessas formas cotidianas e anônimas de resistência oculta dos que sofrem situações de desigualdade (como pobreza, discriminação sexual, racial e etária), é que se busca o empoderamento e ganhar vantagens materiais.

A resistência no BP ficou mais encoberta ao abandonar o confronto violento de tempos passados nas constantes disputas pelo acesso a recursos e benefícios diversos que se seguiram, tornando o campo de disputas e luta entre dominantes e dominadores mais aberto, negociado e explícito, em um sentido, porém mais difuso, em outros.

A aliança com Estado e Ongs de vários dos atores, e maior tendência à burocratização e profissionalização de lideranças (Forewaker, 2001; Teixeira, 2001), não fez deles menos resistentes ou menos radicais, apesar do claro perigo de serem cooptados pelos grupos dominantes (Gledhill, neste livro). Pelo contrário, e como lucidamente aponta Knight (neste volume), indicando a complexidade que as relações de poder adotam em configuração atual:

“ In process, ‘resisters’ have to acquire some of the ‘weapons of the strong’ literally and metaphorically. Depending on circumstances, they need weaponry, finance, means of communication, even an incipient bureaucracy. [...] As the risk of anthropomorphizing, we could see this as a kind of necessary ‘loss of innocence’, as an infant resistance (or ‘new social’) movement grows, consolidate, and acquires the necessary ‘weapons of the strong’ which enable it to operate, now overtly and collectively, in the world of mass macro-politics. [...] it seems to me that there is a certain inevitability about this process, unless the state ‘withers away’ – a Utopian promise which, as far as I can see, has rarely if ever been fulfilled – resistance/social movements have to achieve some sort of *modus vivendi* with the state, assuming they cannot take it over entirely”.

Nesta direção, os projetos de jovens negros inseridos em grupos culturais do BP mostram a ambigüidade e novidade deste tipo de agência. Com sua esclarecida consciência étnica, vínculo com movimentos negros e crítica gerais ao sistema capitalista de um lado, sem serem totalmente manipulados pelas parecerias privadas e públicas das que dependem por outro, eles terminam muitas vezes por curvar-se frente a valores de consumo e globalização internacional, transitando entre discursos que são simultaneamente críticos e de cooptação, autenticidade e globalização, ocupando uma paradoxal posição no campo das relações locais e mundiais. A negociação de vantagens pessoais, não necessariamente exclui a resistência, mas esta adota outras roupagens, e é reconstruída como produto da injusta diáspora de seus ancestrais e herança de desigualdades sistêmicas passadas.

No conhecimento da lei, defesa de direitos étnicos e desenvolvimento de parcerias com setores públicos e privados na busca da auto-preservação, eles mostram que estão aprendendo a usar as “armas dos mais fortes” : utilizando suas linguagens e discursos para criticar seu próprio mundo de subalternos e os de dominação mesma, produzindo deste modo transcritos ocultos “distintos”. Um transcrito oculto tem algo em comum “with internal monologues and muttering under one’s breath, with the crucial difference that people in a given structural position create them collectively and share them” [Tilly, 1991: 596]. Este passo que os pode tornar mais abertos e coletivos se aproxima do que a seguir denomino “transcritos oficiais de consciência étnica subalterna” dialogando e invertendo o sentido de conceitos de James Scott. A incorporação de discursos étnicos por jovens negros do Bairro da Paz poderiam ser considerados, em certa medida, “transcrições oficiais inversas de subalternos” (pois mais do que de conformidade são de confrontos abertos e o modo como expressam sua resistência), cujo maior reconhecimento da sua alteridade lhes deu maior visibilidade. A desigualdade e exclusão destas minorias é evidente, étnica e de classe. E estamos em

frente, se assim os pudermos denominar, de novos “transcritos oficiais de consciência étnica”.

Tratar-se-ia mas bem de um deslocamento dos significados de resistência (e que não se devem neste caso específico à falta de consciência), os quais, na exigência de garantia de direitos, com discursos de cidadania, deixa de apresentar-se como reação, para passar a ser o de uma ação afirmativa em favor dos direitos específicos de diferentes segmentos sociais. E que por serem agora reconhecidos lhes garante uma nova posição social, de alteridade re-valorizada– o direito a ser diferente – que transcrições oficiais de dominantes tendiam a ignorar.

Me pergunto em que medida a descrição de disputas e “polifonia dos subalternos” elucidados na etnografia do BP nos permitem pensar não apenas em novos tipos de agências, mas também de resistências. E se seguirmos a concepção de poder de Foucault como mais difuso e estando em todas as partes, o mesmo se poderia pensar da resistência, que precisa ser localizada e analisada, em cada situação específica. Podemos então considerar a oposição e críticas entre facções internas de comunidades carentes como um bom dispositivo de identificação de novos tipos de resistência pela consciência de contradições internas e trampas do poder que envolvem? Talvez isso seja forçar e diluir o conceito, e pelo momento baste destacar o modo como a idéia original de resistência deste exemplo foi re-inventado nos discursos de novas lideranças e do recente Fórum Permanente de entidades. A capacidade de luta pode se transformar na busca do reconhecimento do direito à cidade, ainda que o real acesso a esses direitos, sem dúvida seja bem mais demorado de conquistar e demande estratégias adicionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, Lila (1990) “The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women”, *American Ethnologist* 17(1): 41–55.
- Almeida, Ronaldo et al. (s/f). “Situações Periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas” (no prelo)
- Auyero, Javier (2000) “The Hyper-Shantytown: Neo-Liberal Violence(s) in the Argentine Slum”, *Ethnography* 1(1): 93–116.
- Caldeira, Teresa P.R. and Jim Holston (2004) “State and Urban Space in Brazil: From Modernist Planning to Democratic Intervention”. In Ong, Aihwa and Stephen J. Collier (eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as an Anthropological Problem*, pp. 393–416. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Castells, Manuel (2002). *O Poder da Identidade*. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v2). São Paulo: Editora Paz e Terra.

- Charles Tilly (1991). "Domination, Resistance, Compliance... Discourse" in *Sociological Fórum*, Vol. 6, No. 3, Pp. 593-602
- Foucault, Michel (1978) *The History of Sexuality*, Vol. 1: An Introduction. New York: Random House.
- Foweraker, Joe (2001) "Grassroots movements and political activism in Latin America: a critical comparison of Chile and Brazil", *Journal of Latin American Studies* 33(4): 839–865.
- Gordilho, Ângela (2000). *Limites do Habitar: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba.
- Hale, Charles (2002). Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala. *Journal of Latin American Studies*: Aug 2002; 34. P 485-524
- Haraway, Donna (1991). *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Universidad de València/ Instituto de la Mujer/ Ediciones Cátedra.
- Hita, Maria Gabriela and Luciana Duccini (2007) "Da Guerra à Paz: o nascimento de um ator social no contexto do 'nova pobreza'", *Caderno CRH* 20(50): 281–297.
- Jelin, Elizabeth (2004). "Ciudadania, derechos e identidad". In: *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1. [Forum Larr/ Lasa. *From Marginality of the 1960s to the "New Poverty" of Today*].
- Kowarick, Lúcio (1994). (org). *São Paulo passado e presente: as lutas sociais e a cidade*. 2 ed., São Paulo, CEDEC/ Paz e Terra.
- Lavalle, Adrián Gurza e Castello, Graziela (2004). "As Benesses deste Mundo: Associativismo religioso e inclusão socioeconômica". In: *Novos Estudos*, n. 68. São Paulo: CEBRAP. 2004.
- Macagno, Lorenzo (2003). "Ciudadania e cidades (aventuras e desventuras do multiculturalismo)". In: *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 23, no. 43-44, jan/dez. (51-59).
- Ortner, Sherry B. (1995) "Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal", *Comparative Studies in Society and History* 37 (1): 173–193.
- Scott, James C. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- Teixeira, Elenaldo (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo. Ed Cortez.

Touraine, Alain (2005). *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje.*

Petrópolis: Ed. Vozes.

Abstract

Neste artigo destaco o peso que a história de resistência do Bairro da Paz (BP) – registrada no nome de suas principais avenidas, ruas, praças e logradouros – teve na configuração do seu forte associativismo. Tal associativismo, devedor do movimento popular urbano pela habitação na década de 80 que deu origem ao BP, hoje se manifesta por uma complexa rede de atores sociais, políticos, religiosos e culturais com perfil mais democrático. Em 2007 essas redes de instituições endógenas e exógenas à comunidade criaram o Fórum Permanente de Entidades do BP. Também ilustro como o mito da Resistência do BP é re-inventado por esta rede e lideranças que deslocam e atualizam significados em novos modos de manifestação da resistência, conservando sentidos originários, mas também introduzindo novos.